



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

EM ITABAIANA

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 21 de março de 2018

Acordo referente a fechamento de lixão é assinado

Tendo por finalidade o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF) e a Prefeitura de Itabaiana assinaram um acordo para o cumprimento da sentença - já transitada e julgada - para o fechamento do "Lixão da Terra Dura", localizado no referido município do Agreste.

A partir de agora, a prefeitura se compromete, até o dia 30 de abril deste ano, em promover a destinação de 50% dos resíduos sólidos para um aterro sanitário licenciado. Depois, os resíduos serão gradativamente destinados ao aterro até alcançar os 100%, até 31 de dezembro também deste ano.

• Motivo do fechamento do lixão

O procurador-geral de Justiça do MPE, Rony Silva Almeida, disse que a medida atende sentença já transitada e julgada nos autos do processo nº 200452100460, e o cumprimento dela é o começo do fim de uma grave questão ambiental, sanitária e que causa graves danos à infância e juventude pela presença de jovens no lixão.

A também promotora do MPE, Cláudia Calmon, enfatizou o quanto é gratificante atender aos anseios da sociedade, pois, com o encerramento das atividades do lixão, a saúde da população estará sendo preservada, bem como haverá melhora para o meio ambiente e o bem das futuras gerações.

• Compromissos da prefeitura

Além de promover a destinação de 50% dos resíduos até 30 de abril, a Prefeitura de Itabaiana também se compromete, após o encerramento das atividades do "Lixão da Terra Dura", em promover a recuperação do meio ambiente degradado, ou seja, da área onde antes funcionava o lixão.

Para isso, deverá obedecer um cronograma que estipula: 120 dias para apresentar o diagnóstico ambiental da área afetada pelo lixão, o plano de descontaminação da área afetada, o plano de recuperação da área degradada e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

• Projeto social para catadores

Ainda no acordo firmado, a prefeitura da cidade se compromete, no prazo de 60 dias, em construir um galpão de triagem que servirá de sede e que abrigará atividades de um programa social que deverá ser operacionalizado pelo município a fim de promover a integração socioeconômica dos catadores de lixo.

O prefeito Valmir de Francisquinho observou que o MPE e o MPF entenderam as dificuldades do poder público municipal para executar a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Reconhecendo a necessidade de pôr fim ao lixão, chegou-se à assinatura do acordo, agora sabendo que a prefeitura tem condições de cumprir as normas.